

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

**UNIDADE DOUTRINARIA NOS PONTOS CENTRAIS DA FÉ CRISTÃ: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE A IPB E A CBB**

VINICIUS SOARES AYALA

**SÃO PAULO – SP
2025**

VINICIUS SOARES AYALA

**UNIDADE DOCTRINARIA NOS PONTOS CENTRAIS DA FÉ CRISTÃ: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE A IPB E A CBB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito final para
obtenção do título de Bacharel em
Teologia da Faculdade Teológica
Batista de São Paulo.

Orientador: Prof. Emmanuel Athayde.

São Paulo

2025

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

VINICIUS SOARES AYALA

**UNIDADE DOCTRINARIA NOS PONTOS CENTRAIS DA FÉ CRISTÃ: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE A IPB E A CBB**

BANCA EXAMINADORA

SÃO PAULO

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor por ter me dado esta oportunidade. Que Seu nome seja sempre louvado por tudo o que fez e continua fazendo em minha vida, mesmo eu não sendo merecedor.

Sou grato por minha família, pela minha querida esposa Paula, que sempre me apoiou e incentivou, e pelas minhas filhas, Cecília e Maitê.

Agradeço ao meu querido amigo Pastor Wesley Silva, que incentivou e apoiou meu ministério desde o início da minha trajetória, bem como ao Rev. Ananias, que me auxiliou ao longo do curso.

Sou também muito grato à Faculdade Teológica Batista, que me abençoou com uma bolsa de estudos durante o curso. Agradeço ainda aos meus colegas de classe, que me apoiaram até o fim — em especial ao irmão Aldo, que foi um incentivador constante ao longo da caminhada.

Que Deus abençoe todos os alunos da Faculdade Teológica e que o Senhor continue abençoando este seminário, que tem sido bênção em minha vida e na vida de muitos outros.

*Assim também em Cristo nós, que somos muitos,
formamos um corpo, e cada membro está ligado a
todos os outros.*

Romanos 12:5

RESUMO

Os evangelhos revelam, de forma inequívoca, que Jesus Cristo, por meio de sua obra redentora, veio salvar uma única igreja, um único povo. Em nenhuma parte dos evangelhos, tampouco nas epístolas apostólicas, é possível encontrar a noção ou uma teologia que defenda a existência de duas igrejas ou duas noivas. Inclusive, o Antigo Testamento reforça a ideia de uma só nação (Israel) separada por Deus para si, não de várias.

Diante disso, surgem questionamentos cruciais: como identificar os traços distintivos da verdadeira igreja de Cristo? Em que fundamentos podemos nos apoiar para reconhecer a única igreja que foi redimida por Ele? Historicamente, muitas igrejas surgiram e desapareceram ao longo dos séculos — desde a igreja primitiva em Jerusalém até os tempos da pós-modernidade. O debate entre igrejas verdadeiras e falsas acompanha a história do cristianismo, e tal discussão permanece atual em nossa era.

Na contemporaneidade, marcada pela proliferação excessiva de denominações evangélicas, que surgem quase diariamente e em todos os cantos, esta pesquisa mostra-se especialmente relevante para o contexto do evangelicalismo brasileiro. Diante das milhares de denominações existentes em solo nacional, optamos por analisar aquelas que se destacam por sua estrutura doutrinária e confessional. São elas:

- Convenção Batista Brasileira (CBB);
- Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB).

Essas denominações representam, em certa medida, a diversidade teológica dentro do evangelicalismo. No entanto, entre elas têm surgido debates e objeções — entre reformados e pentecostais, batistas e presbiterianos, — acerca da autenticidade da fé, da confiabilidade doutrinária e até da legitimidade e irmandade entre si. Lamentavelmente, alguns chegam ao ponto de rotular uma ou outra como igreja falsa, herética ou até mesmo por incrível que pareça de seita.

Com o intuito de contribuir para a superação desses equívocos e promover um entendimento mais sólido acerca da verdadeira igreja, esta pesquisa propõe-se a analisar, com base nas confissões e declarações de fé das denominações mencionadas, seis pontos doutrinários fundamentais que sustentam a comunhão vertical dessas igrejas com Cristo e a comunhão horizontal entre si. Tais pontos são:

1. A doutrina da Trindade;
2. A doutrina do pecado;
3. A obra redentora de Cristo;
4. A suficiência das Escrituras;
5. A doutrina dos sacramentos;
6. A crença na volta de Jesus.

Esses elementos são essenciais à fé cristã, e sua negação pode levar a sérios desvios teológicos e doutrinários.

A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores consagrados que tratam das temáticas abordadas, com o objetivo de oferecer uma análise criteriosa e relevante para a edificação do corpo de Cristo no Brasil.

Palavras-chave: Unidade da Igreja, Doutrina Cristã, Confissões de Fé, Denominações Evangélicas, Convenção Batista Brasileira, Igreja Presbiteriana do Brasil

ABSTRACT

The Gospels unequivocally reveal that Jesus Christ, through His redemptive work, came to save one single Church, one single people. Nowhere in the Gospels, nor in the apostolic epistles, can one find the notion or theology supporting the existence of two churches or two brides. In fact, the Old Testament reinforces the idea of one nation (Israel) set apart by God for Himself—not several.

Given this, crucial questions arise: How can we identify the distinguishing marks of the true Church of Christ? On what foundations can we rely to recognize the one Church that was redeemed by Him? Historically, many churches have emerged and disappeared over the centuries—from the early Church in Jerusalem to the postmodern era. The debate between true and false churches has accompanied the history of Christianity, and such discussion remains relevant in our time.

In contemporary society, marked by the excessive proliferation of evangelical denominations—emerging almost daily and in all regions—this research proves especially relevant within the context of Brazilian evangelicalism. Considering the thousands of existing denominations across the country, we have chosen to analyze those that stand out for their doctrinal and confessional structure. They are:

- Brazilian Baptist Convention (Convenção Batista Brasileira – CBB);
- Presbyterian Church of Brazil (Igreja Presbiteriana do Brasil – IPB).

These denominations represent, to some extent, the theological diversity within evangelicalism. However, debates and objections have emerged among them—between Reformed and Pentecostal believers, Baptists and Presbyterians—concerning the authenticity of faith, doctrinal reliability, and even the legitimacy and spiritual fellowship between each other. Regrettably, some go so far as to label one another as false churches, heretical, or—unbelievably—as sects.

Aiming to help overcome these misconceptions and promote a more solid understanding of the true Church, this research proposes to analyze, based on the confessions and statements of faith of the aforementioned denominations, six fundamental doctrinal points that support their vertical communion with Christ and their horizontal fellowship with each other. These points are:

1. The doctrine of the Trinity;
2. The doctrine of sin;
3. The redemptive work of Christ;
4. The sufficiency of the Scriptures;
5. The doctrine of the sacraments;
6. The belief in the return of Jesus.

These elements are essential to the Christian faith, and denying them can lead to serious theological and doctrinal deviations.

The methodology adopted will be bibliographic research, grounded in renowned authors who address the topics covered, with the aim of offering a careful and relevant analysis for the edification of the body of Christ in Brazil.

Keywords: *Unity of the Church, Christian Doctrine, Confessions of Faith, Evangelical Denominations, Brazilian Baptist Convention, Presbyterian Church of Brazil*

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
2. CAPÍTULO I – DA SANTÍSSIMA TRINDADE	13
2.1 Doutrina da Trindade na Confissão de Fé de Westminster	13
2.2 Doutrina da Trindade na Declaração de fé Batista	15
3.CAPÍTULO II – O PECADO ORIGINAL E A DEPRAVAÇÃO TOTAL DA HUMANIDADE	16
3.1 Pecado original na Confissão de Fé de Westminster	17
3.2 Pecado original na Declaração de Fé Batista.....	18
4. CAPÍTULO III – DA OBRA REDENTORA DE CRISTO	20
4.1 Da obra redentora de Cristo na Confissão de Fé de Westminster	20
4.2 Da obra redentora de Cristo na Declaração de Fé Batista	21
5. CAPÍTULO IV – DOS SACRAMENTOS E ORDENAÇAS SANTA CEIA E BATISMO	23
5.1 Dos Sacramentos Santa Ceia e Batismo na Confissão de Fé de Westminster.....	23
5.2 Das Ordenanças Santa Ceia e Batismo na Declaração de Fé Batista	25
6. CAPÍTULO V – DA ESCRITURA SAGRADA	27
6.1 Da escritura sagrada na Confissão de Fé de Westminster	27
6.2 Da escritura sagrada na Declaração de Fé Batista	28
7. CAPÍTULO VI – DA VOLTA DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO	31
7.1 Da volta de Cristo na Confissão de Fé de Westminster	32
7.2 Da volta de Cristo na Declaração de Fé Batista	33
7.CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERENCIAS	37

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, abordaremos a unidade de duas denominações evangélicas brasileiras: a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e a Convenção Batista Brasileira (CBB). Embora essas igrejas divergiam em pontos secundários acerca de sua teologia, podemos afirmar que estão totalmente unidas em questões centrais da fé cristã. Assim, confirmamos que não existem dois ou três corpos, mas sim um só corpo, uma só Igreja, uma só fé, conforme nos relata Efésios 4:4:

"Há somente um corpo e um só Espírito, como também é uma só a esperança para a qual vocês foram chamados."

Infelizmente, devido ao avanço das redes sociais, muitos comentários infundados têm sido levantados sobre a confiabilidade dessas igrejas por parte de membros dessas mesmas denominações, como professores de escola bíblica, pastores, teólogos, líderes ou evangélicos em geral. No entanto, os argumentos que são apresentados para qualificar ou desqualificar tais igrejas frequentemente giram em torno de temas e doutrinas secundárias, que, embora complexos, não são vitais e centrais para o cristianismo. Podemos, portanto, afirmar que as igrejas citadas em nossa pesquisa têm mais em comum do que imaginamos, fazendo delas uma só Igreja, totalmente harmonizada com o texto sagrado.

A Igreja única de Cristo não é identificada por um nome denominacional (Presbiteriana, Luterana, Batista etc.), idade, cor ou outros adereços. O único meio legítimo de identificação e confirmação da unidade e autenticidade de uma igreja, como verdadeira igreja a serviço da missão de Deus, está intrinsecamente ligado aos pontos fundamentais da fé cristã. Estes pontos dão identidade à Igreja e fazem a conexão entre Jesus e sua Igreja visível neste mundo caído. Esses credos e confissões, professados pelas diversas denominações evangélicas brasileiras e ao redor do mundo, nos fornecem a base e a clareza necessárias para identificar se uma igreja ou denominação realmente é agente de Deus no mundo e está alinhada com a missão de Deus ordenada nas Escrituras.

Os pontos teológicos vitais para a fé cristã, que devem ser observados por essas duas denominações evangélicas, são os seguintes:

1. A doutrina da Trindade, que afirma a existência de um único Deus em três pessoas distintas e coeternas: Pai, Filho e Espírito Santo;
2. A doutrina do pecado original e da depravação total do ser humano, que evidencia a necessidade absoluta da graça divina para a salvação;
3. A obra redentora de Cristo, fundamento da reconciliação entre Deus e a humanidade;
4. A autoridade, suficiência e inspiração das Sagradas Escrituras como única regra de fé e prática;
5. A administração bíblica dos sacramentos, como sinais visíveis da graça de Deus à Igreja;
6. A esperança escatológica na segunda vinda de Cristo, consumação da história da salvação.

Sem a crença nesses pontos, uma igreja não pode ser considerada verdadeira. Estes princípios estão em plena harmonia com a Palavra de Deus e são doutrinas bem estabelecidas pelas denominações citadas neste estudo. É importante ressaltar que esses pontos são o meio pelo qual Deus nos oferece o acesso à salvação de nossas almas. Em contrapartida, doutrinas secundárias não têm a mesma profundidade e efeito em relação à salvação, pois é sabido que, no dia da volta de Cristo, nosso Senhor não questionará se nossa teologia era continuísta ou cessacionista, se aliancista ou não, se imersionista ou aspersionista — claro que não! A Palavra de Deus nunca estabeleceu esses requisitos para a salvação de uma pessoa. Logo, nas questões secundárias, a Igreja pode divergir, o que é natural, mas nos seis pontos cruciais da fé, ela converge. Isso nos leva a crer em uma só Igreja, que prega a mesma verdade.

Para identificar os posicionamentos teológicos dessas denominações acerca dos pontos doutrinários, nos debruçamos sobre suas confissões e declarações de fé adotadas por cada uma dessas denominações. Também utilizaremos autores como João Calvino, Augustus Nicodemus, Luiz Sayão, entre outros, para dar base à nossa pesquisa

2. CAPITULO I – DA SANTÍSSIMA TRINDADE

A teologia da Trindade é um tema central e precioso para o cristianismo. Embora a Bíblia não apresente esse conceito de forma sistemática, ela evidencia, ao longo de suas páginas, a ideia de um Deus trino. O apóstolo João, por exemplo, oferece uma relevante apologia à Trindade:

"Porque três são os que testificam no céu: o Pai, a Palavra e o Espírito Santo; e estes três são um. E três são os que testificam na terra: o Espírito, a água e o sangue; e estes três concordam num. Se recebemos o testemunho dos homens, o testemunho de Deus é maior; porque o testemunho de Deus é este: que de seu Filho testificou" (1 JOÃO 5:7–9, ARA).

Após o Concílio de Niceia, realizado em 325 d.C., que tratou da defesa da doutrina da Trindade frente às heresias do período, especialmente o arianismo, a Igreja passou a considerar esse ponto como um consenso doutrinário entre os cristãos (GONZÁLEZ, 2001). No que diz respeito às duas tradições abordadas neste estudo, ambas são unânimes em defender essa doutrina fundamental por meio de suas confissões de fé, demonstrando unidade em torno de um mesmo propósito e missão.

2.1 A Doutrina da Trindade na Confissão de fé de Westminster

A doutrina da Trindade é um dos temas fundamentais defendidos pela Confissão de Fé de Westminster e, conseqüentemente, pela Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), sendo considerada essencial à fé cristã histórica. A IPB, por meio de seus símbolos de fé, não apenas defende essa doutrina, como a afirma com convicção e verdade.

Nesse contexto, é pertinente lembrar a posição do reformador João Calvino sobre o tema. Ele afirma:

"Há em Deus três hipóstases [pessoas]... o Pai e o Filho e o Espírito são um e único Deus, todavia de modo que o Filho não é o Pai como tal; ou o Espírito, o Filho; ao contrário... são distintos entre si por determinada propriedade... Onde se faz menção simples e indefinida de Deus, esse termo cabe ao Filho e ao Espírito não menos que ao Pai. Tão logo, porém, se compara o Pai com o Filho, a propriedade específica distingue cada um

do outro... Afirmando ser incomunicável tudo quanto é peculiar a cada um individualmente, porquanto não pode competir com, ou transferir-se ao Filho, o que quer que se atribui ao Pai como característica de diferenciação" (CALVINO, *Institutas*, I:13:2, 5-6).

Toda a teologia desenvolvida por Calvino é amplamente aceita dentro do presbiterianismo, e a doutrina da Trindade ocupa lugar central nesse sistema teológico. Nesse sentido, a Confissão de Fé de Westminster (CFW), símbolo de fé adotado pela IPB, afirma no capítulo II:

"Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade: Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo. O Pai não é de ninguém — não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho" (CFW, II.3).

O Catecismo Maior de Westminster, também adotado como padrão doutrinário pela IPB, trata da mesma doutrina na pergunta 9:

Pergunta 9. Quantas pessoas há na Divindade?
Resposta: Há três pessoas na Divindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Essas três pessoas são um só Deus verdadeiro e eterno, da mesma substância, iguais em poder e glória, embora distintas pelas suas propriedades pessoais. (CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER, 2023, p. 12).

É importante destacar que os símbolos de fé são resumos da teologia reformada, e, embora não se aprofundem exaustivamente nos temas, expressam de forma clara e objetiva as doutrinas centrais sustentadas pela denominação. Por mais sintéticas que sejam, essas declarações doutrinárias evidenciam que a fé presbiteriana está em plena convergência com a fé batista no tocante à doutrina da Trindade.

Ao analisarmos as confissões de ambas as tradições, observamos uma harmonia substancial, o que demonstra a possibilidade real de comunhão e cooperação entre essas igrejas, unidas por uma teologia comum em torno da natureza trinitária de Deus.

2.2 Doutrina da Trindade na Declaração de fé Batista

Historicamente, os batistas sempre defenderam a doutrina da Trindade. Esse ponto é pacífico entre a maioria das igrejas batistas ao redor do mundo,

especialmente entre aquelas que seguem confissões de fé formais e históricas. Ao longo dos séculos, teólogos batistas — tanto da antiguidade quanto da modernidade — têm se dedicado à defesa dessa verdade com zelo e fidelidade às Escrituras. Um exemplo contemporâneo é o pastor e teólogo John Piper, que afirma:

"Facilmente visível abaixo da linha de nuvens na Bíblia está a verdade de que há três pessoas divinas que são um Deus. Por exemplo, 'No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. [...] E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai' (João 1.1,14). O Verbo 'era' Deus e o Verbo estava 'com Deus'. Ambos Deus e com Deus. Então, quatorze versículos depois, essas duas designações 'Verbo' e 'Deus' se tornam 'Filho' e 'Pai'. E o Verbo/Filho se torna 'carne' — verdadeiramente humano, o Deus-homem. E 'nele aprovou a Deus que habitasse toda a plenitude' (Colossenses 1.19)" (PIPER, 2021).

Com clareza e objetividade bíblica, Piper expõe sua convicção acerca da Trindade. Essa posição é compartilhada por outros autores batistas, como o pastor Marcos Granconato, que escreve:

"Entre as gloriosas verdades sobre Deus que temos dificuldades em entender está a doutrina da Trindade. O monoteísmo cristão é singular. cremos que há somente um Deus, mas que esse Deus subsiste em três pessoas distintas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo" (GRANCONATO, 2013).

Poderíamos citar diversos teólogos batistas que, ao longo da história, se posicionaram em defesa da doutrina trinitária, mas nosso objetivo neste ponto é apenas ratificar a presença e a solidez dessa doutrina no pensamento batista contemporâneo.

A Convenção Batista Brasileira (CBB), por meio de sua Declaração Doutrinária, apresenta um sistema teológico robusto e coerente sobre o tema. O artigo IV afirma:

"Em sua triunidade, o eterno Deus se revela como Pai, Filho e Espírito Santo, pessoas distintas, mas sem divisão em sua essência" (CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 2005).

Tanto nas declarações dos teólogos mencionados quanto nos documentos oficiais da CBB, há convergência plena com a Confissão de Fé de Westminster adotada pelos presbiterianos. Não resta dúvida de que ambas as tradições compartilham uma teologia bíblica, histórica e ortodoxa sobre a Trindade, o que reforça a possibilidade de diálogo e comunhão entre essas expressões da fé cristã

3. CAPITULO II - O PECADO ORINAL E A DEPRAVAÇÃO TOTAL DA HUMANIDADE

O conceito de pecado original acompanha a cristandade há séculos. Já no Antigo Testamento, essa ideia aparece de forma clara e bem definida — como em Gênesis 3, no relato da queda, e nos Salmos, especialmente no Salmo 51:5, onde Davi declara: “Em pecado me concebeu minha mãe”. No Novo Testamento, esse conceito é aprofundado, sobretudo nas epístolas paulinas, como em Romanos 5:12, que afirma: “Por meio de um só homem o pecado entrou no mundo, e pelo pecado, a morte”. A teologia do pecado original foi progressivamente desenvolvida ao longo da história da Igreja. Agostinho de Hipona (354–430), por exemplo, foi o principal formulador da doutrina, defendendo que todos os seres humanos herdam de Adão uma natureza pecaminosa (AGOSTINHO, 2002). Durante a Idade Média, essa doutrina foi mantida, sendo posteriormente reafirmada pelos Reformadores Protestantes. Martinho Lutero e João Calvino defenderam vigorosamente a doutrina da depravação total como consequência do pecado original, ensinando que a salvação é exclusivamente pela graça de Deus (LUTERO, 1986; CALVINO, 2006).

Na teologia reformada, como na Confissão de Fé de Westminster e na Segunda Confissão Batista de 1689, o pecado original é considerado a condição universal e inescapável de toda a humanidade caída, (SEGUNDA CONFISSÃO BATISTA DE 1689, 2020). sendo um dos fundamentos da necessidade da redenção em Cristo. Mesmo na era moderna e pós-moderna, essa doutrina permanece sólida entre teólogos ortodoxos, sem divergências significativas quanto à sua essência.

Este capítulo tem como objetivo harmonizar as confissões de fé adotadas pelas denominações em estudo — IPB e CBB — e demonstrar que ambas estão unidas em uma só fé quanto à doutrina do pecado original, reafirmando, assim, sua identidade cristã comum e sua fidelidade às verdades centrais da fé bíblica.

3.1 Pecado original na Confissão de fé de Westminster

A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) tem como regra de fé e prática a Bíblia Sagrada, assim como as igrejas ligadas à Convenção Batista Brasileira (CBB). No entanto, os chamados símbolos de fé adotados pela IPB têm a finalidade de oferecer identidade teológica, permitindo a compreensão clara de suas posições doutrinárias. O presbiterianismo sempre sustentou, defendeu e pregou a crença na depravação total da humanidade. Ser presbiteriano é, portanto, aceitar essa verdade bíblica.

Dentre os diversos temas teológicos encontrados na Confissão de Fé de Westminster (CFW), abordaremos o capítulo VI — "Da Queda do Homem, do Pecado e do seu Castigo", que declara:

- I. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória.
- II. Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma.
- III. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária.
- IV. Desta corrupção original — pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal — é que procedem todas as transgressões atuais.
- V. Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados; e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado.
- VI. Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária, torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador e, por essa culpa, está ele sujeito à ira de Deus e à maldição da lei e, portanto, exposto à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas. (WESTMINSTER ASSEMBLY, 2016).

Esse trecho apresenta, mesmo que de forma concisa, um sistema teológico coerente sobre o pecado original. É possível observar a fidelidade doutrinária da confissão ao tratar da depravação total. O posicionamento da IPB, baseado na CFW, é claramente favorável a essa doutrina.

A Bíblia de Estudo de Genebra, amplamente aceita entre os presbiterianos, em um artigo teológico, afirma:

“A teologia reformada se apoia na realidade histórica da queda no pecado. João Calvino estruturou uma parte considerável de sua teologia em torno

dos temas da criação, da queda e da redenção, concentrando-se nos paralelos entre Adão e Cristo. Adão foi originalmente criado em retidão, mas caiu num estado de corrupção e julgamento. Agora, encontramos redenção da maldição da queda ao aceitarmos, pela fé, a obra expiatória de Jesus Cristo em nosso favor.” (BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEVRA, 2009).

O reverendo Hermisten Maia Pereira da Costa, em artigo teológico publicado pelo CPAJ, também expressa com clareza a realidade do pecado:

“O pecado residual continuará em nós e, por vezes, se manifestará com grande força, evidenciando o quão enraizado está em nós e, para tristeza nossa, por vezes, como o apreciamos com satisfação.” (COSTA, [s.d.]).

Toda a teologia elaborada pela CFW não deixa margem para dúvidas quanto à crença na depravação total e no pecado original. Quando a IPB subscreve à Confissão de Westminster, ela ratifica seu credo e a aceitação de que o pecado é uma realidade tangível, causadora de danos terríveis à humanidade, sendo transmitido hereditariamente de geração em geração. Essa teologia é não apenas correta, como também fundamental à cristandade, sendo ponto central da fé cristã.

A aceitação da IPB quanto à doutrina do pecado original expressa sua identidade como uma igreja saudável, verdadeira e fiel a Deus. Nota-se, também, a harmonia entre a Declaração Doutrinária da CBB ao tratar do mesmo tema. As duas confissões podem ser consideradas "irmãs", pois abordam o mesmo assunto com entendimento e propósito semelhantes, confirmando que tanto batistas quanto presbiterianos comungam do mesmo credo no que diz respeito ao pecado original e à total depravação da humanidade.

3.2 Pecado original na Declaração De Fé Batista

Na história da igreja cristã, diversos pregadores batistas têm defendido com firmeza a doutrina do pecado original. Entre eles, destacam-se nomes como John Smyth, Thomas Helwys, John Bunyan e Charles Spurgeon. Este último, em um de seus sermões, afirmou:

“Eu nada quero ter a ver com o livre-arbítrio, mas tentarei ver se há livre-arbítrio em meu interior. E descubro que tenho: vontade muito livre para o mal, mas muito pobre para o que é bom. Suficiente livre-arbítrio quando eu peço, mas, quando quero fazer o bem, o mal está presente comigo, e não encontro meio de fazer o que eu gostaria.” (SPURGEON, 2017)

A Convenção Batista Brasileira (CBB), por meio de sua Declaração Doutrinária, baseada na Confissão de Fé de New Hampshire, fornece fundamento teológico suficiente para atestar a fidelidade doutrinária das igrejas a ela filiadas, especialmente no que tange à doutrina da depravação total da humanidade. No capítulo IV, intitulado "*O Pecado*", a CBB afirma:

"No princípio o homem vivia em estado de inocência e mantinha perfeita comunhão com Deus. Mas, cedendo à tentação de Satanás, num ato livre de desobediência contra seu Criador, o homem caiu no pecado e assim perdeu a comunhão com Deus e dele ficou separado. Em consequência da queda de nossos primeiros pais, todos somos, por natureza, pecadores e inclinados à prática do mal. Todo pecado é cometido contra Deus, sua pessoa, sua vontade e sua lei. Mas o mal praticado pelo homem atinge também o seu próximo. O pecado maior consiste em não crer na pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus, como salvador pessoal. Como resultado do pecado, da incredulidade e da desobediência do homem contra Deus, ele está sujeito à morte e à condenação eterna, além de se tornar inimigo do próximo e da própria criação de Deus. Separado de Deus, o homem é absolutamente incapaz de salvar-se a si mesmo e assim depende da graça de Deus para ser salvo" (CBB, 2012).

A simetria entre a teologia batista e a Confissão de Fé de Westminster, especialmente no que se refere ao pecado original, é evidente. O capítulo IV da Declaração Batista pode ser considerado complementar ao capítulo VI da Confissão Presbiteriana, tanto na forma quanto no conteúdo. Ambas apresentam coerência doutrinária e fidelidade bíblica.

Essa unidade doutrinária fortalece a ideia de que, apesar das diferenças confessionais secundárias, batistas e presbiterianos compartilham a mesma base teológica nos pontos fundamentais da fé cristã. Assim, é possível afirmar a existência de comunhão genuína entre ambas as tradições no que tange à doutrina do pecado original e à depravação total da humanidade, reforçando a ideia de uma só igreja, conforme ensinado em Efésios 4.4.

4. CAPITULO III – DA OBRA RENDENTORA DE CRISTO

A obra redentora de Cristo ocupa um lugar central na fé cristã, sendo o alicerce de toda a teologia relacionada à salvação. A negação ou o não reconhecimento dessa obra é fatal para a vida espiritual do indivíduo. Igrejas que rejeitam essa doutrina estão destinadas à perdição e condenação, salvo o arrependimento e a transformação de pensamento. A unidade em torno dessa doutrina é o que permite que igrejas de diferentes partes do mundo se considerem irmãs, superando as barreiras geográficas e culturais. Neste capítulo, analisaremos como as declarações de fé das tradições Presbiteriana e Batista convergem nesse aspecto fundamental da fé cristã.

4.1 Da obra redentora de Cristo na Declaração de fé Batista

Na história dos batistas, o tema da obra da redenção é considerado um ponto central. Grandes pregadores não apenas defenderam essa doutrina, mas também a proclamaram. A Confissão de Fé Batista de 1689, amplamente aceita pela tradição batista, confirma essa doutrina nos capítulos VIII e XI, mais especificamente. Charles Spurgeon, em diversas pregações e livros, tratou deste tema. Poderiam ser citadas várias passagens do pregador, mas escolheu-se uma mais simples e objetiva. Spurgeon afirma:

“Amados, já que o Senhor, assim, viu na humanidade de Cristo idoneidade para se tornar nosso Redentor, estou certo de que muitos de vocês, que têm estado sob a escravidão de Satanás, verão nessa mesma natureza humana a atração que os aproximará do Senhor. Pecador, você não tem que vir a um Deus absoluto; você não é obrigado a aproximar-se do fogo consumidor. Você pode muito bem tremer ao aproximar-se dele, a quem você ofendeu tão gravemente. Mas há o Homem comissionado a mediar entre você e Deus, e, se você vier ao Pai, deve vir por meio dele - o homem Cristo Jesus.” (SPURGEON, 2017, p. 145)

A redenção de Cristo foi tema central não apenas para Spurgeon, mas também para outros pregadores batistas, tanto do passado quanto do presente. Atualmente, as igrejas batistas continuam a defender esse tema, que é caro ao cristianismo. Hoje, a Convenção Batista Brasileira (CBB), por meio de sua Declaração Doutrinária, também sustenta essa doutrina. A declaração, em seu capítulo V, afirma:

“A salvação é outorgada por Deus pela sua graça, mediante o arrependimento do pecador e da sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor. O preço da redenção eterna do crente foi pago de uma vez por Jesus Cristo, pelo derramamento do seu sangue na cruz. A salvação é individual e significa a redenção do homem na inteireza do seu ser. É um dom gratuito que Deus oferece a todos os homens e que compreende a regeneração, a justificação, a santificação e a glorificação.” (CBB, 2012, p. 54)

Podemos observar que, no desenvolvimento do capítulo V, temos uma pequena teologia da obra salvadora de Jesus por meio de sua redenção. É possível notar a coesão com a Confissão de Fé de Westminster, adotada pela Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), no seu capítulo VIII. Ao compararmos ambas, lado a lado, não é difícil aceitar que ambas as denominações defendem a mesma teologia, fazendo das duas uma só Igreja, mesmo sendo de tradições diferentes. Alguns defendem a falta de harmonia entre a CBB e a IPB por diversas questões secundárias, como a administração dos sacramentos, principalmente o batismo. No entanto, ao fazermos um exame acurado entre as confissões, especialmente no que tange ao tema tratado neste capítulo, é impossível não perceber que ambas tratam e defendem a mesma fé.

4.1 Da obra redentora de Cristo na Confissão de fé de Westminster

Não distante da Declaração Batista, a Confissão Presbiteriana nos mostra uma similaridade muito grande no tocante ao assunto abordado. A obra redentora de Jesus é indiscutível entre a tradição presbiteriana, sendo tema central e defendido desde os primórdios da Reforma. Homens como João Calvino e John Knox sustentaram essa doutrina e a defenderam com vigor diante dos levantes dos hereges do século XV. O próprio Calvino diz acerca da obra de Jesus:

“Cristo, como mediador, é o único caminho para a salvação. Ele, em sua morte, assumiu a penalidade de nossos pecados, satisfazendo a justiça de Deus e reconciliando-nos com o Pai. Sua obra não é parcial, mas completa, abrangendo todas as necessidades do homem.” (CALVINO, 2010, p. 215)

Atualmente, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) também aceita e prega a doutrina da redenção. Isso fica visível em sua Confissão de Fé, mas também na prática, pois o que é pregado nos púlpitos, seminários e páginas da internet é a

mesma teologia defendida pelos fundadores dos presbiterianos. O Rev. Augustus Nicodemus Lopes comenta sobre o assunto:

“A Confissão de Fé da Igreja Presbiteriana do Brasil, que se baseia na Confissão de Westminster, explica de forma clara e precisa a doutrina da redenção. Não é apenas um documento histórico, mas um guia prático para a vida cristã, que continua a ser relevante na edificação da Igreja.” (LOPES, 2015, p. 98)

Como já vimos, o documento que esclarece a doutrina da IPB é sua Confissão de Fé. Por meio dessa, podemos não apenas entender a doutrina dessa tradição religiosa, mas também compará-la com outras tradições. No nosso caso, a comparação seria com a Declaração Batista. A Confissão de Westminster diz, em seu capítulo VIII:

III. O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida ungido com o Espírito Santo, tendo em si todos os tesouros da sabedoria e da ciência. Aproveu ao Pai que nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador. Este ofício ele não tomou para si, mas foi chamado pelo Pai, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo, e lhe ordenou que os exercesse.

IV. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu muito voluntariamente. Para que pudesse exercê-lo, foi feito sujeito à lei, a qual ele cumpriu perfeitamente, padeceu imediatamente em sua alma os mais penosos sofrimentos; foi crucificado e morreu; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo com o qual havia padecido; com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai, fazendo intercessão; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos. (WESTMINSTER, 2016)

Percebe-se que há uma sinergia entre a Confissão adotada pela IPB e a Declaração adotada pela CBB. Ambas, no capítulo sobre a redenção, tratam do mesmo assunto e da mesma doutrina. Por mais que uma possa ser mais extensa que a outra, o tema central é o mesmo: apontar para Cristo como nosso único Mediador e expor de que forma se deu essa mediação. Negar essa harmonia entre o Capítulo V da Declaração da CBB e o Capítulo VIII da Confissão da IPB é incorrer em grande erro.

5. CAPITULO IV – DOS SACRAMENTOS SANTA CEIA E BATISMO

A teologia protestante, de modo geral, sempre defendeu a existência de dois sacramentos — e não sete, como erroneamente sustenta a Igreja Católica Romana (CLARK, R. SCOTT, 2017). Esses sacramentos são a Santa Ceia e o Batismo. Ainda que haja entendimentos ambíguos a respeito desses meios de graça por parte da Convenção Batista Brasileira (CBB) e da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), ambas as tradições reconhecem a necessidade desses sacramentos em suas respectivas denominações. No que tange à Santa Ceia, tanto a compreensão presbiteriana de presença espiritual de Cristo quanto a perspectiva batista de memorial, assim como a prática do batismo por aspersão ou imersão, não comprometem a comunhão e a unidade entre essas denominações. Isso se deve ao fato de que nem o Batismo nem a Santa Ceia são considerados prerrogativas para a salvação, uma vez que esta precede os meios de graça, sendo recebida pela fé na obra redentora de Jesus Cristo.

5.1 Dos Sacramentos Santa Ceia e Batismo na Confissão de fé de Westminster

Assim como ocorre na Declaração Doutrinária Batista, a Confissão de Fé Presbiteriana também sustenta a doutrina dos dois sacramentos ou meios de graça: o Batismo e a Ceia do Senhor. Desde o surgimento do presbiterianismo na Escócia, sob a liderança de John Knox, essa doutrina tem sido aplicada e defendida entre os crentes presbiterianos, sendo preservada até os dias atuais.

No presbiterianismo, o Batismo simboliza a aliança entre Deus e o seu povo, refletindo uma compreensão teológica conhecida como aliancismo, fortemente desenvolvida por João Calvino. Nesse contexto, o Batismo é entendido como um sinal visível do pacto da graça entre Deus e o ser humano.

Não é objetivo deste capítulo entrar nas discussões sobre o modo de batismo — seja por imersão ou aspersão — ou sobre a validade do batismo infantil. O que se pretende demonstrar é que essas divergências de interpretação e prática não

comprometem a unidade essencial entre as tradições batista e presbiteriana. Prova disso é que a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) aceita, sem objeções, membros oriundos de igrejas evangélicas batizados por imersão, inclusive de igrejas batistas, permitindo sua participação na Ceia do Senhor. O Princípios de Liturgia da IPB, em seu Capítulo VII, artigo 16, afirma:

“Poderão ser convidados a participar da Ceia do Senhor os membros, em plena comunhão, de quaisquer igrejas evangélicas” (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 2022).

A IPB, por meio da *Confissão de Fé de Westminster* (CFW), ratifica sua crença tanto no Batismo quanto na Ceia do Senhor. No Capítulo XXVIII, a Confissão afirma:

“O Batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não só para solenemente admitir na Igreja a pessoa batizada, mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e também da sua consagração a Deus, por meio de Jesus Cristo, a fim de andar em novidade de vida. Esse sacramento, segundo a ordenação de Cristo, há de continuar em sua Igreja até ao fim do mundo” (WESTMINSTER, 2016).

Sobre a Ceia do Senhor, a CFW declara no Capítulo XXIX:

“Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento de seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até o fim do mundo, para ser uma lembrança perpétua do sacrifício que, em sua morte, ele fez de si mesmo; para selar, aos verdadeiros crentes, todos os benefícios provenientes desse sacrifício; para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele; para seu compromisso de cumprir todos os seus deveres para com ele; e ser um vínculo e penhor de sua comunhão com ele e uns com os outros, como membros de seu corpo místico” (WESTMINSTER, 2016).

Não há dúvidas de que a IPB, por meio de sua confissão, está em plena comunhão doutrinária com a Declaração Doutrinária Batista quanto aos sacramentos. Ambas as tradições compartilham fundamentos comuns: utilizam pão e vinho na Ceia do Senhor, administram o Batismo uma única vez, compreendem a Ceia como memorial do sacrifício de Cristo, e ensinam que ambos os sacramentos devem ser observados até a volta de Cristo e destinados exclusivamente a crentes batizados.

Embora existam diferenças interpretativas, os elementos centrais da doutrina sacramental são amplamente harmonizados entre batistas e presbiterianos, o que sustenta a legitimidade de ambas como ramos genuínos do cristianismo reformado.

Estes aspectos são suficientes para demonstrar a unidade essencial entre as confissões analisadas.

5.2 Das Ordenanças Santa Ceia e Batismo na Declaração de fé Batista

Como se observou anteriormente, os sacramentos são doutrinas fundamentais dentro da fé cristã. Negá-los implica rejeitar aspectos centrais do cristianismo histórico. Ao longo de sua trajetória, a tradição batista sustentou e defendeu essa doutrina, e, com base nessa crença, é possível afirmar que a Convenção Batista Brasileira (CBB) pode ser legitimamente considerada um ramo autêntico dentro das tradições protestantes. Uma vez confirmada a adesão à doutrina das ordenanças, torna-se infundado desqualificá-la como parte integrante do cristianismo evangélico.

Além disso, é fato que os elementos da Santa Ceia e do Batismo também estão presentes na tradição presbiteriana, aproximando essas duas denominações em uma missão comum. Apesar de existirem diferenças teológicas — como a compreensão da Ceia como presença espiritual de Cristo entre os presbiterianos e como memorial simbólico entre os batistas —, ambas as tradições compartilham o mesmo propósito: obedecer ao mandamento de Jesus Cristo e observar as duas ordenanças instituídas por Ele.

A CBB reafirma sua compreensão dos sacramentos por meio de sua Declaração Doutrinária, especificamente no artigo IX, que trata sobre o Batismo e a Ceia do Senhor:

“O batismo e a ceia do Senhor são as duas ordenanças da igreja estabelecidas pelo próprio Jesus Cristo, sendo ambas de natureza simbólica. O batismo consiste na imersão do crente em água, após sua pública profissão de fé em Jesus Cristo como Salvador único, suficiente e pessoal. Simboliza a morte e sepultamento do velho homem e a ressurreição para uma nova vida em identificação com a morte, sepultamento e ressurreição do Senhor Jesus Cristo e também prenúncio da ressurreição dos remidos. O batismo, que é condição para ser membro de uma igreja, deve ser ministrado sob a invocação do nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. A ceia do Senhor é uma cerimônia da igreja reunida, comemorativa e proclamadora da morte do Senhor Jesus Cristo, simbolizada por meio dos elementos utilizados: o pão e o vinho. Nesse memorial, o pão representa seu corpo dado por nós no Calvário e o vinho simboliza o seu sangue derramado. A ceia do Senhor deve ser celebrada pelas igrejas até a volta de Cristo e sua celebração pressupõe o batismo bíblico e o cuidadoso exame íntimo dos participantes.” (CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 2000, p. 80-81).

Essa declaração é, por si só, esclarecedora e evidencia a convicção doutrinária das igrejas batistas. Negar essa crença é um equívoco teológico e histórico. Também é importante notar a semelhança entre essa declaração e a *Confissão de Fé de Westminster* (CFW), especialmente nos capítulos XXVIII e XXIX, que tratam das ordenanças do Batismo e da Ceia do Senhor. Como já mencionado, o objetivo deste capítulo não é aprofundar as possíveis divergências interpretativas sobre os sacramentos, mas sim demonstrar que ambas as denominações reconhecem a importância dessas ordenanças para a vida cristã e que há considerável convergência entre suas respectivas confissões. Portanto, discursos extremistas que buscam desqualificar uma ou outra igreja como expressão legítima do cristianismo reformado carecem de fundamento.

6. CAPITULO V – DA ESCRITURA SAGRADA

Para todo protestante, a Escritura é o ponto central da fé, sendo reconhecida como a Palavra inerrante e infalível de Deus. Toda autoridade, na teologia reformada, provém das Escrituras Sagradas. Negar essa verdade é incorrer em séria heresia, conforme entendem os princípios protestantes históricos.

Nesse sentido, o pastor e teólogo John MacArthur afirma:

“Precisamos declarar também desde o início que as Escrituras são a Palavra de Deus. Não é a opinião de um homem, não é uma filosofia humana, não são as ideias de uma pessoa, tampouco é uma antologia dos melhores pensamentos dos maiores homens — é a Palavra de Deus” (MACARTHUR, 2010, p. 17).

A defesa da autoridade das Escrituras, conhecida historicamente como *Sola Scriptura*, tem sido sustentada ao longo dos séculos pela Igreja. No contexto brasileiro, tanto a Convenção Batista Brasileira (CBB) quanto a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) demonstram clara fidelidade à doutrina da supremacia das Escrituras, conforme expresso em suas respectivas confissões de fé.

6.1 Doutrina da escritura sagrada na Confissão de fé de Westminster

John Knox, fundador do presbiterianismo na Escócia, por meio de sua Confissão de Fé, documento que se tornou a declaração doutrinária oficial da Igreja Presbiteriana Escocesa, não hesitou em afirmar que as Escrituras são, de fato, a Palavra de Deus (CONFISSÃO DE FÉ ESCOCESA, 1560). Essa doutrina foi preservada ao longo dos séculos dentro do presbiterianismo e, até os dias atuais, pastores presbiterianos, pela graça de Deus, continuam a pregar, defender e sustentar essa crença. O Reverendo Hernandes Dias Lopes, em sua reflexão sobre o tema, afirma:

"A Bíblia é a biblioteca do Espírito Santo, o livro dos livros. Ela é inspirada por Deus e foi revelada a homens santos de Deus. Sua mensagem é inspirada. Seu conteúdo é infalível. Suas profecias são inerrantes. Sua suficiência é absoluta." (LOPES, [s.d.]).

De maneira similar à tradição Batista, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) também reconhece e defende a doutrina das Sagradas Escrituras como sendo a

Palavra de Deus. Desde o surgimento do presbiterianismo, essa doutrina tem sido consistentemente sustentada e ensinada dentro da Igreja, sendo um ponto fundamental em sua teologia. A Confissão de Fé de Westminster, em seu capítulo IV, ratifica essa visão, conforme se lê:

"A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou Igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu Autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus." (Confissão de Fé de Westminster, Capítulo IV).

O ponto central em questão é a afirmação da Sagrada Escritura como a Palavra de Deus, o que implica em sua autoridade intrínseca. Ao comparar esse princípio da Confissão de Fé de Westminster com a Confissão Batista, especialmente no Capítulo 1, que também trata do mesmo assunto, observa-se que ambas as tradições compartilham uma visão essencialmente convergente: a Escritura é, de fato, a Palavra de Deus. Embora uma confissão seja mais extensa do que a outra, o cerne da doutrina permanece o mesmo. Isso nos conduz à conclusão de que, de fato, as duas tradições convergem em torno de um propósito comum, não havendo divergência doutrinária, mas, ao contrário, uma clara unidade entre as duas igrejas.

6.2 Doutrina da escritura sagrada na Declaração Doutrinaria da Convenção Batista

Thomas Helwys um dos pioneiros do movimento batista, em sua obra *Uma Breve Declaração do Mistério da Iniquidade* (1612), Helwys dedica um capítulo à liberdade religiosa e à autoridade das Escrituras. Ele argumenta que os governantes não têm autoridade para impor crenças religiosas, pois a verdadeira religião é baseada na Bíblia, que é a Palavra de Deus (HELWYS, 2019). Como Helwys, toda a tradição batista, ao longo da história, teve como pilar e ponto central de sua doutrina a Escritura Sagrada como a Palavra de Deus. Nos tempos atuais, a Convenção Batista Brasileira (CBB), por meio de sua Declaração Doutrinária, segue fielmente a herança dos batistas dos séculos passados. Tamanha é a identificação dessa tradição com as Escrituras que os batistas ficaram conhecidos como "o povo da Bíblia". (PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE CURITIBA, 2025).

A Declaração Doutrinária da CBB afirma:

I—Escrituras Sagradas.

A Bíblia é a Palavra de Deus em linguagem humana. É o registro da revelação que Deus fez de si mesmo aos homens. Sendo Deus seu verdadeiro autor, foi escrita por homens inspirados e dirigidos pelo Espírito Santo. Tem por finalidade revelar os propósitos de Deus, levar os pecadores à salvação, edificar os crentes e promover a glória de Deus. Seu conteúdo é a verdade, sem mescla de erro, e por isso é um perfeito tesouro de instrução divina. Revela o destino final do mundo e os critérios pelos quais Deus julgará todos os homens. A Bíblia é a autoridade única em matéria de religião, fiel padrão pelo qual devem ser aferidas as doutrinas e a conduta dos homens. Ela deve ser interpretada sempre à luz da pessoa e dos ensinamentos de Jesus Cristo (CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, 2000).

A partir desse trecho, é possível observar a convicção da CBB quanto à inerrância, infalibilidade e autoridade suprema das Escrituras Sagradas. Tal posição consolida sua fidelidade à fé protestante histórica. Com isso, pode-se concluir que as igrejas filiadas à CBB, por sustentarem essa doutrina, devem ser reconhecidas como igrejas fiéis e verdadeiras à tradição cristã reformada.

Também é digno de nota o paralelismo existente entre a Declaração Doutrinária da CBB e a *Confissão de Fé de Westminster* (CFW) quanto à doutrina das Escrituras. Embora a CFW desenvolva de maneira mais extensa esse tema, o objetivo de ambas é o mesmo: afirmar a Bíblia como autoridade máxima para a fé e a prática cristã, sendo a inerrante e infalível Palavra de Deus, reveladora da vontade divina ao mundo caído.

Dessa forma, é possível concluir que tanto a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), quanto a CBB, seguem uma mesma linha doutrinária no tocante à autoridade das Escrituras. Essa harmonia as distancia de movimentos teológicos liberais que negam a inspiração plena da Bíblia ou que afirmam que a Escritura apenas *contém* a Palavra de Deus, ao invés de ser, de fato, a Palavra de Deus, como reconhecem presbiterianos e batistas.

A consonância entre as duas confissões representa, na prática, uma manifestação concreta da unidade do Corpo de Cristo. Ainda que pertencentes a tradições diferentes, IPB e CBB mantêm comunhão doutrinária fundamental, especialmente no que tange à centralidade das Escrituras. Nesse sentido, o princípio expressado em Tiago 4.4 — sobre a fidelidade e amizade com Deus — reforça que a

verdadeira Igreja de Cristo não está dividida em sua essência, mas unida na fidelidade à Palavra revelada.

7. CAPITULO VI – DA VOLTA DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

A volta de Jesus Cristo é um ponto central e fundamental na fé cristã, sendo considerada um dos pilares da esperança e da consolidação da doutrina cristã. A negação dessa doutrina é inimaginável para a tradição cristã, uma vez que a própria Escritura afirma com clareza a promessa da segunda vinda do Senhor. Em João 14:2-3, Jesus deixa explícita a certeza de Sua volta:

"Na casa de meu Pai há muitas moradas; se assim não fosse, eu vo-lo teria dito; vou preparar-vos lugar. E, se eu for e vos preparar lugar, virei outra vez e vos tomarei para mim, para que onde eu estiver estejais vós também."
(JOÃO 14:2-3, ARA).

Este ensino sobre a segunda vinda de Cristo não apenas sustenta a fé dos cristãos em todas as gerações, mas também atua como um ponto de união entre as diversas tradições cristãs. A volta de Jesus é, sem dúvida, um elo que liga toda a Cristandade, servindo como um elemento comum entre diferentes igrejas e denominações. Este aspecto de unidade é particularmente evidente entre a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e a Convenção Batista Brasileira (CBB), duas tradições que, apesar de suas diferenças doutrinárias, convergem de maneira significativa na crença na volta de Cristo.

Analisando as confissões de fé dessas duas denominações, podemos perceber que ambas defendem a doutrina da segunda vinda de Jesus de forma convergente. A Confissão de Fé Presbiteriana e a Declaração de Fé Batista afirmam de maneira clara e inegociável que a volta de Cristo é um evento futuro, certo e aguardado, que será o momento de consumação da história humana e do Reino de Deus.

A Confissão de Fé de Westminster, que orienta a Igreja Presbiteriana, afirma em seu capítulo 33, que a volta de Cristo será visível, gloriosa e definitiva. De maneira similar, a Declaração de Fé da Convenção Batista Brasileira, ao tratar das questões escatológicas, também ratifica a expectativa da volta de Cristo, afirmando que Ele virá para julgar os vivos e os mortos e estabelecer Seu Reino eterno.

Dessa forma, a compreensão de que a volta de Cristo é um ponto de convergência entre a IPB e a CBB fortalece a ideia de que essas denominações compartilham uma mesma fé cristã essencial, o que nos leva à conclusão de que a

segunda vinda de Jesus é, sem dúvida, um elo que as une como igrejas irmãs, com um único propósito de esperar a consumação do Reino de Deus e viver de acordo com a fé cristã.

7.1 Da volta de Cristo na Confissão de fé de Westminster

A doutrina da segunda vinda de Jesus Cristo é considerada um ponto pacífico entre todos os presbiterianos. Essa crença foi afirmada desde os primórdios da Reforma Protestante, sendo defendida por João Calvino e, posteriormente, ratificada pela Igreja Presbiteriana ao longo da história (CALVINO, 2006). A consolidação dessa doutrina no contexto reformado ocorreu com a finalização da Confissão de Fé de Westminster (CFW), em 1649, documento que sistematizou os principais pontos da teologia presbiteriana.

Desde então, o presbiterianismo tem sustentado essa doutrina como um elemento essencial da fé cristã evangélica. Atualmente, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) adota oficialmente a CFW como sua confissão doutrinária. Toda igreja local federada à IPB, assim como todos os seus ministros do Evangelho e presbíteros, deve subscrever a CFW, e, com isso, também afirmam o Capítulo XXXIII, que trata do juízo final e da volta gloriosa de Jesus Cristo. O texto da Confissão declara:

III – Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos a dizer: “Vem logo, Senhor Jesus!” Amém. (WESTMINSTER, 2016, cap. XXXIII, art. III).

Ao examinarmos esse trecho, especialmente sua parte final, notamos que a Confissão afirma com clareza a realidade da segunda vinda de Cristo e suas implicações escatológicas, como o juízo final. Por sua vez, a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira (CBB) também reafirma essa mesma crença, apresentando-a de forma mais detalhada em sua abordagem escatológica. Embora os estilos e extensões dos documentos confessionais possam divergir, o núcleo teológico que une ambas as confissões é a afirmação da vinda futura de Jesus.

Essa convergência confessional entre a IPB e a CBB demonstra uma unidade substancial no que diz respeito às doutrinas centrais da fé cristã. A firme convicção na volta de Cristo como evento escatológico definitivo é um ponto de união entre essas tradições. Assim, é possível concluir que tanto as igrejas batistas filiadas à CBB quanto as igrejas presbiterianas federadas à IPB compartilham uma identidade comum como parte da Igreja espiritual e militante de Jesus Cristo, unidas por uma mesma esperança escatológica e por um compromisso conjunto com o ensino das Escrituras.

7.2 Doutrina da Volta de Cristo na Declaração de fé Batista

Convergente com a tradição presbiteriana, os batistas, desde o movimento que originou sua identidade teológica, sempre abraçaram a doutrina da segunda vinda de Jesus Cristo. O movimento anabatista, considerado um dos movimentos que deu origem aos batistas, preservou e proclamou a esperança da volta de Cristo como um dos pilares da fé cristã (SILAS, 2018). Pregadores batistas de grande relevância como John Bunyan, comprometidos com as Escrituras, também abordaram de forma clara a volta de Jesus como evento escatológico certo (BUNYAN, 2019).

Ademais, uma das primeiras confissões batistas, conhecida como *Confissão de Fé Batista de 1689*, já em seu capítulo 32, reafirma a convicção dos batistas quanto ao retorno glorioso de Cristo. Spurgeon, ao redigir sua própria confissão, também reiterou esta doutrina, alinhando-se à tradição centenária da fé batista (SPURGEON, 2019)

No contexto atual, a Convenção Batista Brasileira (CBB), por meio de sua Declaração Doutrinária, mantém essa tradição ao tratar explicitamente da escatologia cristã. O Capítulo XIX da declaração apresenta a doutrina da segunda vinda de Cristo com clareza e profundidade teológica:

“Deus, no exercício de sua sabedoria, está conduzindo o mundo e a história a seu termo final. Em cumprimento à sua promessa, Jesus Cristo voltará a este mundo, pessoal e visivelmente, em grande poder e glória. [...] Os justos, com os corpos glorificados, receberão seus galardões e habitarão para sempre no céu com o Senhor.” (Declaração Doutrinária da CBB, Cap. XIX)

A clareza da declaração batista quanto à certeza da volta de Cristo e à sua manifestação gloriosa aproxima-se do conteúdo da Confissão de Fé de Westminster, especialmente em seu Capítulo XXXIII, o qual trata do Juízo Final. Ambas as confissões compartilham o núcleo teológico da escatologia cristã, reafirmando a volta visível, pessoal e triunfante de Jesus.

Portanto, ao observarmos a correspondência doutrinária entre o Capítulo XIX da Declaração Batista e o Capítulo XXXIII da Confissão Presbiteriana, torna-se evidente que há plena harmonia entre as duas tradições quanto à doutrina da segunda vinda de Cristo. Tal convergência aponta para a unidade teológica entre batistas e presbiterianos, especialmente no que diz respeito à escatologia bíblica, reafirmando que ambas as denominações compartilham, neste ponto, uma só fé e esperança escatológica: a gloriosa vinda do Senhor Jesus Cristo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho teve como objetivo analisar os fundamentos que evidenciam a unidade doutrinária entre duas importantes denominações evangélicas brasileiras: a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e a Convenção Batista Brasileira (CBB). A pesquisa demonstrou que, embora existam divergências em aspectos teológicos secundários, ambas as denominações permanecem firmes nos pilares centrais da fé cristã, conforme ensinado nas Escrituras.

A investigação revelou que os elementos doutrinários fundamentais — como a doutrina da Trindade, a realidade do pecado original, a obra redentora de Cristo, a autoridade das Escrituras, a correta administração dos sacramentos e a esperança escatológica — são plenamente compartilhados por IPB e CBB. Esses pontos constituem o verdadeiro alicerce da fé cristã e são determinantes para a identificação da autenticidade e fidelidade de uma igreja à missão estabelecida por Deus.

O avanço das redes sociais e a popularização de debates teológicos superficiais contribuíram para a disseminação de críticas infundadas e desnecessárias entre membros de diferentes denominações. Tais críticas, muitas vezes, não consideram a distinção entre doutrinas centrais e secundárias, gerando rupturas que comprometem a unidade do Corpo de Cristo.

Conforme a análise das confissões de fé das denominações em questão e o suporte teórico de autores reconhecidos, como João Calvino, Augustus Nicodemus e Luiz Sayão, foi possível constatar que IPB e CBB estão teologicamente alinhadas nos fundamentos essenciais da fé cristã. Assim, reforça-se que a verdadeira identidade da Igreja de Cristo não está condicionada a um nome denominacional ou a práticas específicas, mas à fidelidade ao evangelho conforme revelado nas Escrituras Sagradas.

Portanto, é possível concluir que as igrejas analisadas neste estudo integram, de maneira legítima, o mesmo Corpo espiritual de Cristo, sendo participantes da mesma fé, da mesma esperança e da mesma missão. Reconhecer essa unidade, mesmo diante das diferenças secundárias, é essencial para fortalecer o testemunho

da Igreja no mundo, promover a comunhão entre os crentes e reafirmar que há, de fato, “um só corpo e um só Espírito” (Ef 4.4).

Podemos finalizar com a sabia reflexão do Pastor e Teólogo Luiz Sayão: “É essencial lembrar que a unidade da Igreja não está na uniformidade, mas na comunhão dos elementos essenciais da fé. Quando nos concentramos no que é central — como a salvação em Cristo, a autoridade das Escrituras e a ação do Espírito Santo —, podemos caminhar juntos, mesmo que existem divergências em aspectos secundários” (SAYÃO, 2021).

REFERÊNCIAS:

AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. Tradução de Sérgio de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BÍBLIA. Almeida Revista e Atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA. Tradução de João Ferreira de Almeida Revista e Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BUNYAN, John. *A peregrinação do cristão*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2017.

CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. Tradução de Waldyr Carvalho Luz. 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2006. 2 v.

CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. Vol. I.

CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

CALVINO, João. *Institutas da religião cristã*. Tradução de Sérgio de Souza. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2010.

CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

CBB – CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. *Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira*. Rio de Janeiro: CBB, 2012.

CLARK, R. Scott. *A Reforma e os Sacramentos*. Tradução de Camila Rebeca Teixeira. Revisão de André Aloísio Oliveira da Silva. Ministério Fiel, 4 set. 2017. Disponível em: <https://voltemosaoevangelho.com/blog/2017/09/a-reforma-e-os-sacramentos/>. Acesso em: 13 maio 2025.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER. *Confissão de Fé de Westminster: com as católicas e os catecismos menores.* São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2009.

CONFISSÃO DE FÉ ESCOCESA. *Confissão de Fé Escocesa de 1560.* Tradução de Felipe Sabino de Araújo Neto. Disponível em: https://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_escocesa_1560.htm. Acesso em: 17 maio 2025.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. *Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira.* 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 2000.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. *Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira.* 6. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 2000.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. *Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira.* Rio de Janeiro: JUERP, 2005.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. *A Doutrina do Pecado Original e a Confissão de Fé de Westminster.* São Paulo: CPAJ, [s.d.]. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2019/07/A-doutrina-do-pecado-original-e-a-CFW-Hermisten-Maia.pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.

DEFESA DO EVANGELHO. *Confissão de Fé Batista de New Hampshire (1833).* [S.l.]: Defesa do Evangelho, [2021?]. Disponível em: <https://defesadoevangelho.com.br/wp-content/uploads/Confiss%C3%A3o-de-F%C3%A9-Batista-de-New-Hampshire-1833.pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.

GONZÁLEZ, Justo L. *A história do pensamento cristão: Volume 1 – Dos pais apostólicos à Reforma.* São Paulo: Edições Vida Nova, 2001.

GRANCONATO, Marcos. *A Trindade: três pessoas, um Deus.* Artigo publicado em: <http://www.igrejabiblica.com>. Acesso em: [inserir data de acesso].

HELWYS, Thomas. *A Breve Declaração do Mistério da Iniquidade (1612).* Reprint. [S.l.]: [s.n.], 2009.

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Princípios de Liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2022.

LOPES, Augustus Nicodemus. *Teologia sistemática: uma introdução à doutrina cristã*. São Paulo: Editora Fiel, 2015.

LOPES, Hernandes Dias. *A Bíblia, o livro dos livros*. Disponível em: <https://www.hernandesdiaslopes.com.br/a-biblia-o-livro-dos-livros>. Acesso em: 13 maio 2025.

LUTERO, Martinho. *Comentário à Epístola aos Romanos*. Tradução de Ervino L. Sommer. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1983.

MACARTHUR, John. *A verdade sobre a verdade*. São José dos Campos: Fiel, 2010.

PIPER, John. *What is the Doctrine of the Trinity?* [online]. Disponível em: <https://www.desiringgod.org>. Acesso em: [inserir data de acesso].

PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE CURITIBA (PIB). *Em que cremos*. Disponível em: https://pibcuritiba.org.br/em-que-cremos/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 13 maio 2025.

SAYÃO, Luiz. *Por que tantas denominações?* [vídeo]. IBNU, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eBPmhTcAuXM&t=815s>. Acesso em: 16 maio 2025.

SEGUNDA CONFISSÃO BATISTA DE 1689. *Declaração Doutrinária da Segunda Confissão Batista de Londres de 1689*. São Paulo: Editora Fiel, 2020.

SILAS, Sitri. *Os Batistas Gerais, Particulares e a Origem Anabatista*. Herança Batista, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://herancabatista.com/2018/03/20/os-batistas-gerais-particulares-e-a-origem-anabatista/>. Acesso em: 13 maio 2025.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. *Bíblia Sagrada: Almeida Revista e Atualizada*. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

SPURGEON, Charles Haddon. *A Confissão de Fé de 1689 com o Catecismo de Spurgeon.* São José dos Campos: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2019.

SPURGEON, Charles Haddon. *A obra da redenção.* 10. ed. São Paulo: Editora Vida, 2017.

SPURGEON, Charles Haddon. *Livre-arbítrio: um escravo.* São Paulo: PES, 2009.

WESTMINSTER. *Confissão de Fé de Westminster.* Disponível em: <https://ipb.org.br/confissao-de-fe-de-westminster/>. Acesso em: 13 maio 2025.

WESTMINSTER ASSEMBLY. *Confissão de Fé de Westminster.* Tradução: João Alves dos Santos. 3. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2016.

WESTMINSTER, Assembleia de. *Confissão de Fé de Westminster.* São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1996.